

Senador apóia as imunidades

O presidente nacional do PDS, senador José Sarney, defendeu ontem, em Brasília, o instituto da imunidade parlamentar, ressaltando que "temos de encontrar textos que assegurem esse direito sem o qual os parlamentos ficam podados de questionar a administração pública, e, no global, todos os aspectos políticos do País".

José Sarney e o líder do partido, senador Jarbas Passarinho, defendem, no entanto, a explicitação de crimes que devem ficar fora da proteção daquela prerrogativa. Segundo Sarney, "a inviolabilidade não comporta a liberdade de cometer crime contra a honra, através da tribuna parlamentar". Insistiu, no entanto, que deve haver ampla liberdade de questionar pessoas e ações pois as restrições não anulam o princípio.

Passarinho, por sua vez, citou a lei da Alemanha Ocidental, que limita a imunidade aos crimes de calúnia, injúria e difamação e aos crimes contra a segurança nacional.

Ontem, o relator da emenda que devolve algumas prerrogativas ao Congresso, senador Aluísio Chaves (PDS-PA), adiantou que acolherá a proposição do deputado Thales Ramalho (PP-PE), suprimindo o parágrafo único do artigo 164 da Constituição: de acordo com esse artigo, o parlamentar poderá ser processado, independente de licença da Câmara ou do Senado, nos casos de "abuso de direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção".